

A educomunicação possível: uma análise da proposta curricular do MEC para o Ensino Básico

Ismar de Oliveira Soares

Coordenador Pedagógico da Licenciatura em Educomunicação (CCA-ECA/USP). Presidente da ABPEducom – Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais da Educomunicação. Membro do conselho diretor da Olcami – Observatório Latino-americano e Caribenho de Alfabetização Midiática e Informacional.

Plataforma: www.abpeducom.org.br

E-mail: ismarolive@yahoo.com

Resumo: Este artigo diz respeito a um momento histórico na definição das políticas de Educação, no Brasil, buscando nele colher e avaliar informações sobre o pensamento da elite brasileira quanto aos possíveis processos de aproximação entre a Comunicação, suas linguagens e tecnologias e a Educação Básica. Toma como objeto de estudo, o esboço de proposta de reforma curricular, disponibilizado para consulta pública, no segundo semestre de 2015. O documento foi elaborado sob responsabilidade da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, em decorrência da aprovação, em julho de 2014, pelo Congresso, do Plano Nacional de Educação¹.

Palavras-chave: educação; educomunicação; comunicação; educação básica; Plano Nacional de Educação.

Abstract: This article concerns a historical moment in the definition of education policies in Brazil, seeking to collect and evaluate information on the thinking of the Brazilian elite for the possible approach procedures between the Communication, their languages and technologies and basic education. It takes as an object of study, curriculum reform proposal draft made available for public consultation in the second half of 2015. The document was drawn up under the responsibility of the Department of Basic Education of the Ministry of Education, following the approval in July 2014 by Congress, the National Education Plan.

Keywords: education; educommunication; communication; basic education; National Education Plan.

Fato inédito e digno de nota: aproximadamente oitenta recomendações de práticas pedagógicas de interesse imediato para a interface Comunicação/Educação haviam sido incluídas entre os componentes curriculares atribuídos

Recebido: 07/01/2016

Approved: 08/02/2016

1. Fizemos uso do texto disponibilizado para consulta pública: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio>>, no segundo semestre de 2015.

2. Cf. <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/conhecaDisciplina?disciplina=AC_LIN&tipoEnsino=TE_EF>.

3. Trabalhamos, ao longo do texto, com os termos “Educomunicação” e “Mídia-Educação” por entender que refletem duas abordagens próximas no que se refere, especificamente, aos modos de relação entre a Educação e os meios de comunicação e suas mensagens (a mídia). O primeiro conceito (**Educomunicação**) tem como foco a gestão dos processos comunicativos nos espaços educativos. Já o segundo (**Mídia-Educação**) tem sua origem nas preocupações da educação com o impacto da mídia, enquanto manifestação da cultura e ferramenta pedagógica. No caso de uma possível implementação das propostas do MEC para a reforma curricular, educadores e mídia-educadores encontrarão espaços para colaboração permanente.

4. Os resultados da pesquisa de BATISTA; LUGLI e RIBEIRO, intitulada “Centralização e padronização dos currículos: tomadas de posição”, foi apresentada na 37ª Reunião Nacional da ANPEd, ocorrida em Florianópolis, no espaço da UFSC, de 4 a 8 de outubro de 2015, numa sessão especial sobre “Políticas educacionais e currículo: interfaces na educação infantil e ensino fundamental”. Texto acessível em: <<http://37reuniaio.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Sess%C3%A3o-Especial-05.pdf>>.

à Área de Linguagens², implicando em procedimentos destinados a mobilizar professores e alunos do 1º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio.

Entendemos que, independentemente do destino que o texto da SEB/MEC venha a ter, ao longo do processo que o transformará, ou não, em norma definitiva, o simples anúncio da intenção de se introduzir, na educação básica, com força tão significativa, elementos inerentes ao universo da sociedade da comunicação e da informação, revela o grau de mobilização que as ideias que dão sustentação a conceitos como Educomunicação e Mídia-educação³ alcançaram junto a importantes setores que pensam caminhos alternativos para a renovação da educação, no Brasil. Antes, contudo, de entrarmos nesse tema específico, é importante lembrar que a proposta do MEC não chegou sem polêmicas.

1. UMA PROPOSTA AINDA LONGE DA UNANIMIDADE

Se, mesmo antes da aprovação do Plano Nacional da Educação, a mera referência a uma base curricular universal chegava a provocar discussões, ainda que em ciclos restritos, depois da aprovação, a hipótese de uma agenda globalizante, presente no rascunho de normas do MEC, passou a gerar verdadeiras polêmicas, com o alinhamento dos estudiosos e interessados em pontos de vista diametralmente opostos.

Nesse quadro de disputas, uma pesquisa desenvolvida por Antônio Augusto Gomes Batista, Rosário Lugli e Vanda Ribeiro (2015), apresentada na reunião da Anped, em outubro de 2015⁴, mostrou um cenário visivelmente dividido sobre o tema, especialmente entre organismos da sociedade civil, gestores educacionais e teóricos na área.

De acordo com a conclusão do trabalho, o argumento mais forte a favor de um currículo padronizado foi o de que tal disposição garantiria o direito de oferta de um mesmo ensino para todos os estudantes do país. A análise da distribuição das tomadas de posição favoráveis a este ponto de vista evidenciou, contudo, que tanto os administradores da educação quanto os membros das organizações sociais ouvidos pela pesquisa — dois grupos majoritariamente favoráveis à ideia — parecem optar por uma espécie de solução de compromisso: a defesa por um currículo nacional baseado num núcleo de conhecimentos comuns, mas que, em contrapartida, garanta a expectativa de respeito à cultura local e à diversidade.

Divididos frente ao projeto ficaram os gestores de escolas particulares de elite. Um total de 50% deles mostrou-se desinteressado no debate. Outra metade posicionou-se contrária a qualquer tipo de padronização curricular. Igualmente divididos mostraram-se os sindicatos da área da educação: os mais influentes se estruturam fortemente contra a padronização curricular, utilizando o argumento da preservação da autonomia de trabalho dos professores; os sindicatos menos influentes caminharam, contudo, em sentido oposto, admitindo as vantagens

da centralização e padronização curricular. Já quanto aos professores de educação básica, evidenciou-se que a questão não faz parte de seu horizonte de preocupações imediatas.

Segundo os pesquisadores, o discurso majoritário em torno da definição de uma base nacional comum curricular abriga uma grande heterogeneidade de pensamento, evidenciando interesses camuflados. Um desses interesses em jogo pretenderia ver facilitado o processo de produção, comercialização e distribuição de materiais didáticos, voltados a suprir, de uma só vez, todo o sistema de ensino do país, carreando para alguns poucos conglomerados do setor editorial (parte deles nas mãos do capital internacional) as inversões governamentais destinadas a subsidiar a educação pública. O mais grave nesse projeto orquestrado de produção em larga escala seria, a juízo dos críticos, o estrangulamento a que ficariam sujeitos, concomitantemente, a liberdade de ensino das escolas e de seus docentes, e o direito de acesso dos estudantes a materiais de qualidade produzidos por fontes diversificadas e alternativas.

Esse foi o tom do debate sobre o tema do currículo único comum, ocorrido na Faculdade de Educação da USP, em 24 de novembro de 2015⁵, momento em que ganhou evidência o pensamento de muitos especialistas, segundo o qual o que está em jogo não são simplesmente preferências por distintas modalidades curriculares, mas o próprio projeto de educação que se pretende implantar no Brasil; projeto, aliás, já anunciado pelos modelos nacionais de avaliação em vigor. No caso, segundo os analistas, antes de se pensar num projeto curricular comum seria preciso definir o tipo de educação que se pretende oferecer às crianças e aos jovens do Brasil de hoje.

Ao trazermos para a abertura deste artigo o contexto pedagógico e político do debate em torno da reforma das práticas curriculares nacionais, temos a expressa intenção de deixar evidenciado tanto as promessas quanto os dilemas que a proposta governamental coloca para os especialistas em Educomunicação.

2. A COMUNICAÇÃO, ENTRE OS “DOZE DIREITOS DA APRENDIZAGEM”

Iniciamos a análise do texto buscando entender os prolegômenos apresentados pela autoridade do MEC, na época representada pelo ministro Renato Janine Ribeiro, que no anúncio do texto da Secretaria de Ensino Básico deixa antever que a comunicação estaria sendo contemplada entre os “Doze direitos de aprendizagem”⁶. Referimo-nos, no caso, a três perspectivas de direito de interesse imediato para a prática educomunicativa, a saber:

- o direito a prezar e cultivar o convívio afetivo e social, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro (para o que, torna-se indispensável a construção de um ecossistema comunicativo aberto e democrático);

5. O presente parágrafo se reporta às impressões do autor, presente ao debate.

6. As referências à fala do ministro, assim como as transcrições de trechos de textos do documento do SEB/MEC são acessíveis no portal: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=18543:direitos-de-aprendizagem-do-ciclo-de-alfabetizacao-do-ensino-fundamental>>.

- o direito de se expressar e interagir a partir das linguagens do corpo, da fala, escrita, das artes..., assim como de informar e de se informar, por meio dos vários recursos de comunicação (como é próprio do ideário educacional);
- o direito de participar ativamente da vida social, cultural e política, de forma solidária, crítica e propositiva..., dispondo-se a enfrentar ou mediar eticamente conflitos de interesse (tema inerente ao da gestão das relações de comunicação no interior do espaço escolar e fora dele).

Detalhando a filosofia de educação proposta pelo programa em debate, o ministério reconhece que tais metas somente seriam atingidas caso os sujeitos da educação básica – estudantes, seus professores e demais partícipes da vida escolar – fossem assistidos pela escola, para a consecução de um nível de aprendizado que incluísse, entre outros objetivos:

- o desenvolvimento de múltiplas linguagens como recursos próprios;
- o uso criativo e crítico dos recursos de informação e comunicação;
- a vivência da cultura como realização prazerosa;
- a percepção e o encantamento com as ciências como permanente convite à dúvida;
- a compreensão da democracia, da justiça e da equidade como resultados de contínuo envolvimento e participação.

Afirma textualmente, a esse respeito, o ex-ministro Janine Ribeiro:

Essas condições se efetivam numa escola que seja ambiente de vivência e produção cultural, de corresponsabilidade de todos com o desenvolvimento de todos, e em contínuo intercâmbio de questões, informações e propostas com sua comunidade, como protagonista social e cultural⁷.

A meta de se alcançar uma educação que respeite e promova o respeito ao outro, mediante o desenvolvimento de múltiplas linguagens, tendo como base a compreensão da democracia como resultado de amplo envolvimento e participação – questões já presentes no ideário do Programa Mais Educação, do próprio Ministério, implantado a partir de 2008⁸ – aponta, indubitavelmente, para a presença, no novo documento da SEB/MEC, de elementos caros ao pensamento educacional e mídia-educativo.

Resta, contudo, saber se o tempo escolar previsto para abrigar a nova proposta curricular daria espaço para uma efetiva “alfabetização midiática e informacional”, em condições de servir como iniciação ao mundo da comunicação e de suas tecnologias.

7. Idem, ibidem.

8. O Programa Mais Educação contou com o suporte teórico da Educação, presente no Caderno Pedagógico do macrocampo “Comunicação e Uso de Mídias”. Disponível em: <<http://deitarare.educacao.sp.gov.br/Documentos/Comunica%C3%A7%C3%A3o%20e%20Uso%20de%20M%C3%ADdias.pdf>>.

3. A COMUNICAÇÃO ESTÁ PREVISTA, MAS NÃO OS CAMINHOS PARA SE CHEGAR A ELA

Para dar início ao estudo do projeto da SEB/MEC, optamos, inicialmente, em termos metodológicos, por identificar e analisar, na proposta de um possível currículo comum, a presença dos componentes relacionados com a comunicação, em toda sua abrangência (da gestão de relações interpessoais e grupais ao uso das linguagens e tecnologias de expressão; da análise crítica da produção midiática à previsão de espaços para o exercício do protagonismo comunicativo de educadores e educandos), deixando, para o final, as considerações a respeito das formas de confronto com sistemas de ensino que coloquem em risco temas como a cultura local e a identidade dos sujeitos da educação.

E é assim que se verifica de imediato no texto da consulta pública disponibilizado pelo MEC, a intenção dos autores em favorecer aos estudantes brasileiros um contato sistemático com o universo das comunicações. O fato fica evidente, por exemplo, com a inclusão de metas pedagógicas como as que seguem:

- facilitar a gestão dos relacionamentos interpessoais no espaço escolar;
- favorecer o êxito das práticas de ensino/aprendizagem pelo uso das TIC;
- promover a produção de mensagens com o uso dos recursos midiáticos;
- estimular a análise crítica da produção cultural (em relação ao consumo, por exemplo);
- privilegiar as manifestações artísticas, como formas de expressão da subjetividade.

Fica-se com a impressão de que cada uma das recomendações tenha sido pensada, organicamente, em alinhamento a um intencional programa de alfabetização midiática e informacional.

O que o documento não prevê, contudo, são espaços no currículo para que professores e alunos disponham de condições de tempo para o indispensável acesso a uma formação específica que lhes garanta conhecimentos suficientes para cumprir o que a eles está sendo proposto.

Frente à constatação, por um lado, da relevância da comunicação para o projeto (nas palavras do próprio ministro da educação), e, por outro, da falta de previsão de atalhos que tornem o caminho viável junto aos alunos e professores, perguntamos: poderia a Educomunicação cumprir o papel de oferecer contribuições para o êxito de desenhos curriculares preocupados com os desafios postos pela sociedade da comunicação e da informação?

É o que pretendemos responder ao aprofundar a leitura do texto da SEB/MEC.

4. A COMUNICAÇÃO NA ÁREA DE LINGUAGENS

Os objetivos de aprendizagem propostos pelo documento da Secretaria de Educação Básica são apresentados a partir de quatro áreas do conhecimento, a saber: Linguagens, Matemática, Ciências Humanas e Ciências da Natureza, e seus respectivos componentes curriculares. Segundo o texto, tal organização visa superar a fragmentação na abordagem do conhecimento escolar mediante a integração e a contextualização desses conhecimentos, respeitando-se as especificidades dos componentes curriculares que integram as diferentes áreas⁹.

Ainda que a Educomunicação se reconheça como um campo transdisciplinar de conhecimento e de intervenção social, com possibilidades de convivência com as quatro áreas de conhecimento, interessa-nos, por uma questão metodológica, um olhar específico sobre seu diálogo com a área de Linguagens, pois cabe a esta tratar especificamente dos conhecimentos relativos à atuação dos sujeitos em variadas esferas da comunicação humana, das mais cotidianas às mais formais e elaboradas. São conhecimentos que — segundo o projeto — “possibilitam mobilizar e ampliar recursos expressivos, para construir sentidos com o outro em diferentes campos de atuação, além de propiciar a compreensão de como o ser humano se constitui como sujeito e como age no mundo social em interações mediadas por palavras, imagens, sons, gestos e movimentos”¹⁰.

No texto da SEB/MEC, a área de Linguagens reúne quatro componentes curriculares: Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna, Arte e Educação Física. Esses componentes articulam-se na medida em que envolvem experiências de criação, de produção e de fruição de linguagens. Segundo o documento, “a utilização do termo linguagens, no plural, aponta para a abrangência do aprendizado na área, que recobre não apenas a linguagem verbal, mas as linguagens musical, visual e corporal”¹¹.

O texto explica, ainda, que a tarefa do letramento — que diz respeito à condição de participar das mais diversas práticas sociais permeadas pela escrita — “abrange a construção de saberes múltiplos que permitam aos/às estudantes atuarem nas modernas sociedades tecnológicas, cada vez mais complexas, também em relação às suas formas de comunicação”¹².

A Comunicação é chamada a contribuir com a área de Linguagens, levando em conta que do aluno se pretende crescente autonomia de leitura, seja qual for o suporte midiático em que os textos estejam registrados, além de preparo para produzir textos em diferentes modalidades. É bom lembrar que as práticas de compreensão e de produção de textos são constitutivas da experiência de aprender e, portanto, presentes em todas as demais áreas.

O exame dos componentes curriculares da área de Linguagens aponta para uma presença significativa de metas relativas à comunicação, seus processos, linguagens e tecnologias, fato que a transforma num espaço privilegiado para o exercício da Educomunicação.

9. A integração entre os componentes de uma mesma área do conhecimento e entre as diferentes áreas é estabelecida, mais especificamente, pelos Temas Integradores. São eles: Consumo e Educação Financeira; Ética, Direitos Humanos e Cidadania; Sustentabilidade; Tecnologias Digitais; Culturas Africanas e Indígenas.

10. SEB/MEC, op. cit.

11. Idem, ibidem.

12. Idem, ibidem.

5. UM PARADIGMA QUE EMERGIU DA MOBILIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, NA AMÉRICA LATINA

A Educomunicação é assumida como um paradigma que orienta o planejamento e a implementação de ecossistemas comunicativos abertos, democráticos e criativos, visando a autonomia comunicativa dos sujeitos da Educação (professores e alunos), quer enquanto construtores de relações de convivência, enquanto produtores de mensagens ou como usuários dos sistemas de informação.

A definição traduz uma prática latino-americana, que emerge da mobilização da sociedade civil, a partir dos meados do século XX, em torno do direito universal à expressão. A prática se fez presente, inicialmente, junto a organizações sociais promotoras do respeito às identidades e defensoras do protagonismo infanto-juvenil, mediante projetos de educação que contemplavam o exercício de leitura crítica da mídia e a produção midiática solidária¹³. E foi nesse sentido que foi levada à educação formal, junto à rede municipal de educação da cidade de São Paulo, entre 2001 e 2004, num esforço coletivo de combate à violência nas escolas, transformando-se, finalmente, em política pública ao ser levada para dentro da prática curricular¹⁴.

É a partir dessa plataforma experimental, que a Educomunicação se associa às propostas da Unesco em torno da necessidade de se implantar programas governamentais direcionados à “alfabetização midiática e informacional”, dialogando, igualmente, com os grupos organizados que promovem ações denominadas como mídia-educativas, mediante trabalhos formativos sobre os meios, com os meios e através dos meios de comunicação, como explica Rosália Duarte, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio):

“Sobre os meios” refere-se ao estudo e análise dos conteúdos presentes nos diferentes veículos e suas linguagens; “com os meios” diz respeito ao uso dos recursos e suas linguagens como ferramentas de apoio às atividades didáticas e “através dos meios” contempla produção de conteúdos curriculares para e com os meios, em sala de aula e, também, a educação a distância ou virtual, quando o meio se transforma no ambiente em que os processos de ensino-aprendizagem ocorrem¹⁵.

Todas as práticas expressivo-comunicativas assinaladas como próprias dos conceitos de Educomunicação e de Mídia-Educação encontram-se previstos nos oitenta dispositivos sobre comunicação e suas tecnologias incluídos na proposta da Base Nacional Curricular Comum da SEB/NMEC.

6. A ÁREA DE LINGUAGEM E OS COMPONENTES CURRICULARES EXPRESSIVO-COMUNICATIVOS

Em termos metodológicos, no âmbito deste artigo, o estudo se concentrará nos componentes curriculares expressivo-comunicativos inerentes à área de Linguagens. Para tanto, reunimos e classificamos os itens relativos à comunicação

13. Destacamos quatro documentos que traduzem os referenciais educacionais sustentados por organizações não governamentais: (1) Educomunicar, Comunicação, Educação e Participação para uma educação pública de qualidade <http://www.cidadeescolaaprendiz.org.br/wp-content/uploads/2014/06/educomunicar_rede-cep.pdf>; (2) Mudando sua Escola, Mudando sua Comunidade, Melhorando o Mundo, Sistematização da Experiência em Educomunicação! <http://www.unicef.org/brazil/pt/br_educomunicacao.pdf>; (3) Guia de Educomunicação: <http://issuu.com/portfoli_viracao/docs/guia_educomunicacao> e (4) Guia Mais Educomunicação: <http://issuu.com/renajoc/docs/guia_mais_educomunicacao/9>. Acesso em: 29 mar. 2016.

14. SOARES, Ismar de Oliveira. *Educomunicação, o conceito, a aplicação, o profissional*. São Paulo: Editora Paulinas, 2011.

15. Disponível em: <https://issuu.com/abpeducom/docs/texto_bnc-_existe_espa__o_para_a_>.

Sobre a “Media-Educação”, recomendamos uma visita à “revistapontocom”, bem como a leitura de três entrevistas realizadas pelo portal da OSCIP planetapontocom com vezes que vêm trabalhando o tema com reconhecida intensidade, no Brasil, como as de Rosália Duarte, Mônica Fantin e Inês Vitorino. As entrevistas com as três especialistas são acessíveis, respectivamente, nos seguintes endereços:

<http://www.revistapontocom.org.br/entrevistas/midiaeducacao-em-debate-3>;

<http://www.revistapontocom.org.br/entrevistas/midiaeducacao-em-debate-5>

e <http://www.revistapontocom.org.br/edicoes-anteriores-entrevistas/midiaeducacao-o-conceito>. Acesso em: 29 mar. 2016.

a partir de grupos temáticos identificados com quatro das áreas de intervenção do campo da Educomunicação, a saber:

- Gestão da Comunicação nos espaços educativos;
- Educação para a Comunicação;
- Mediação das Tecnologias na Educação, e
- Expressão comunicativa através das artes.

6.1 Componentes curriculares no âmbito da Gestão da Comunicação

O conceito da “Gestão da Comunicação nos espaços educativos” representa o ponto nodal da concepção educacional. As ações identificadas com esse âmbito referem-se à participação dos alunos na construção de relações de respeito e cordialidade no interior do espaço escolar. Essas ações preveem aprendizagens que levem os alunos a se entender como parte de uma comunidade, organizando o espaço e planejando maneiras de se comunicar, em seu interior. Tais aprendizagens incluem essencialmente o diálogo entre colegas e com os professores.

Faz também parte desse âmbito o planejamento estratégico da ação comunicativa para obter determinados fins, como uma campanha em torno de alguma melhoria para o colégio.

A Gestão da Comunicação pode englobar, igualmente, a articulação da escola com a realidade da vida pública, em sociedade, em ações que ganham complexidade à medida que o ensino e as idades avançam no tempo.

6.1.1 Proposições

Pela proposta governamental, a partir do primeiro ano do ensino fundamental, os alunos já deveriam perceber que vivem numa comunidade de relacionamentos. A partir do terceiro, passariam a observar os elementos que se articulam em torno do que, no futuro, entenderão, mais amplamente, por direitos humanos, sendo a comunicação um deles (direito de expressão). Já no quarto ano, as crianças deveriam ser motivadas a programar suas próprias comunicações (“levantar argumentos que ajudem a defender determinado ponto de vista”). No quinto, aprenderiam a utilizar padrões de interação adequados a diferentes contextos sociais, compreendendo os papéis dos sujeitos nessas interações. No sétimo ano, planejariam intervenções orais de cunho argumentativo em situações deliberativas, como escolha de representante de turma, eleição de representação em grêmios estudantis, definição de regras de sala de aula etc., exercitando o respeito pelos turnos de fala.

Começariam, concomitantemente, a identificar contextos das esferas política, jurídica e reivindicatória – como o Estatuto da Criança e do Adolescente – que lhes dizem respeito mais diretamente. Em síntese, o programa investe na

comunicação para o diálogo social, entendendo que este benefício passa pelo protagonismo comunicativo das crianças e adolescentes.

6.2 Componentes curriculares no âmbito da Educação para a Comunicação

A Educação para a Comunicação é o segundo campo de intervenção da Educomunicação. Constitui-se, igualmente, em objeto preferencial da área da Mídia-Educação. Os usuários e consumidores dos meios de comunicação e de informação são colocados frente à necessidade de analisar criticamente suas relações com o sistema midiático, indagando sobre a natureza e o significado das mensagens divulgadas. São também estimulados a produzir, aprendendo a exercer seu próprio direito de expressão.

6.2.1 Proposições

No pré-projeto da Base Nacional Comum Curricular, o âmbito da educação para a comunicação midiática faz-se presente de forma explícita, colocando em foco especialmente a produção noticiosa (“Compreender reportagens e outros textos jornalísticos, identificando o tema e quem escreve”) e publicitária (“Compreender os recursos de persuasão e de convencimento em textos publicitários”). O tema do consumo — presente na proposta do MEC, na qualidade de um dos “temas integradores” da prática curricular — leva obrigatoriamente à busca de metodologias de análise sobre o papel da mídia na sociedade de mercado.

Os alunos devem aprender, por outro lado, a se comunicar adequadamente, na esfera da defesa de seus próprios direitos (“Simular programas de telejornalismo com temáticas que interessam às crianças, utilizando pautas e modos de registro e organização da informação”). Em outro momento, os alunos são convidados a produzir *e-mails*, mensagens, registros fotográficos e audiovisuais para postagem em espaços como *chats*, Twitter, *blogs*, utilizados para atividades escolares. Conforme já sinalizado, nenhum dispositivo aparece explicando como os alunos poderão chegar a tais performances.

6.3 Componentes curriculares no âmbito da Mediação Tecnológica nos Espaços Educativos

O terceiro âmbito de atuação da Educomunicação denomina-se Mediação Tecnológica nos Espaços Educativos. Ocupa-se de conteúdos que interessam diretamente à proposta da Unesco sobre a Alfabetização Midiática e Informacional. Inclui todas as ações comunicativas possibilitadas pelo uso dos recursos das tecnologias, das mais tradicionais às mais sofisticadas. O que importa aqui não é a ferramenta, mas o modo como as tecnologias são encaradas e empregadas. A pergunta é pelo sujeito que opera a máquina e por sua capacidade de

democratizar o acesso aos instrumentos, ampliando seus usuários e socializando os protagonismos, em função de temas de interesse coletivo.

A mesma filosofia de relações com as tecnologias para trabalhos escolares serve para projetos transdisciplinares voltados à prática da cidadania, como, por exemplo, é a questão do meio ambiente e da sustentabilidade.

6.3.1 Proposições

A proposta de texto da Secretaria do Ensino Básico pode causar surpresa, ao pressupor que crianças dos primeiros anos do ensino fundamental já tenham condições de “utilizar recursos diversos — máquina fotográfica, filmadora, computadores — para registrar e comunicar ideias”. No entanto, experiências desenvolvidas por escolas da Prefeitura de São Paulo que adotam os princípios da Educomunicação garantem que o MEC está correto em sua investida¹⁶. Uma advertência, porém: os casos de sucesso têm relação com um conjunto de condições, sendo uma delas a modalidade da gestão dos processos de produção (se não forem colaborativas as relações entre os alunos — mesmo sendo pequenos — poucas novidades as tecnologias terão trazido à formação das futuras gerações).

6.4 Componentes curriculares no âmbito da Expressão comunicativa através das artes

A Educomunicação acompanha o entendimento de que a estética e a busca pelo belo, presentes nas diferentes expressões artísticas que tenham a infância e adolescência como autores e atores, representam, para além da fria racionalidade, um caminho significativo de mobilização das emoções e de condução das vontades em torno da produção de novos conhecimentos e sentidos bem como da aquisição de novos comportamentos. Garantem especialmente o bem-estar que se origina do reconhecimento público, além de promover o prazer de conviver em espaços e momentos lúdicos.

6.4.1 Valorização do componente artístico

A proposta de texto da Secretaria do Ensino Básico valoriza a Arte, especialmente no ensino fundamental, como se pode aferir da justificativa apresentada pelo texto-base: “A Arte articula diferentes formas de cognição: saberes do corpo, da sensibilidade, da intuição, da emoção etc., constituindo um universo conceitual e de práticas singulares, que contribuem para que o estudante possa lidar com a complexidade do mundo, por meio do pensamento artístico”¹⁷. E mais: o componente artístico “se configura como um campo no qual o sujeito tem a possibilidade de ter experiências que se efetivam naquilo que é manifesto, no não manifesto, no intuitivo e no inusitado, se constituindo por intermédio de práticas artísticas e culturais heterogêneas e plurais”¹⁸.

16. Seguem alguns exemplos de envolvimento de crianças da educação infantil com a prática educacional, na Prefeitura de São Paulo: Rádio Jacaré FM: <<https://www.youtube.com/watch?v=VPxc2zDrD1I>>; Rádio Tem Gato na Tuba: <<https://www.youtube.com/watch?v=T04msf80mjl>>

<<http://spressosp.com.br/2014/12/17/programa-nas-ondas-radio-leva-educomunicacao-escolas-de-sao-paulo>>. Acesso em: 29 mar. 2016.

17. SEB/MEC, op. cit.

18. Idem, ibidem.

7. UM TEMPO ESCOLAR PARA A COMUNICAÇÃO

Após realizar este percurso exegético das propostas pedagógicas do pré-projeto da SEB/MEC em relação à comunicação, suas linguagens e tecnologias, retomamos a pergunta pelo tempo escolar disponível para se promover a indispensável formação dos alunos para que cuidem com coerência e eficácia das ações comunicativas a eles solicitadas.

Uma primeira resposta encontra-se explicitada no próprio texto governamental:

A teorização e a reflexão crítica em torno e a partir desses conhecimentos são realizadas não como fim, mas como meio para uma compreensão mais aprofundada dos modos de se expressar e de participar no mundo e estarão presentes nas diferentes etapas da Educação Básica, com diferentes graus de complexidade e elaboração, levando-se em conta cada contexto de atuação¹⁹.

Neste ponto, o pré-documento do MEC mantém-se fiel à tradicional postura da Educação relativa à comunicação, costumeiramente tomada como recurso a serviço da didática e não, exatamente, como espaço civilizatório e possível objeto de estudo. A prática mostra, contudo, que teorias e reflexões sobre ações comunicativas — como, por exemplo, as técnicas de produção jornalística ou mesmo a arte da produção audiovisual e publicitária — são absolutamente indispensáveis, caso se queira que a proposta de fundo saia do papel.

Falta, indubitavelmente, explicitar, no documento, o tempo e a maneira como professores e alunos acumularão conhecimentos sobre as teorias e procedimentos que os habilitem ao exercício de seus papéis de professores e aprendizes, nos tópicos do programa em que deles se exigem ciência e conhecimentos técnicos para fazer uso dos recursos da informação. Mais ainda: falta prever uma formação para que o empenho das ferramentas supere a visão funcionalista de seus usos, levando a atitudes construtivas de relacionamentos ricos por seu significado cultural e libertário.

8. A EDUCOMUNICAÇÃO COMO TEMA INTEGRADOR

Entendemos haver demonstrado que a interface Educação/Comunicação acaba de ser assumida, no imaginário dos definidores de políticas públicas de educação, como um âmbito de relevante interesse público. Em decorrência, seja qual for o destino a ser dado pelas vindouras políticas do Conselho Nacional de Educação e pelo próprio MEC à proposta aqui detalhada, especialmente em decorrência da consulta pública que foram submetidas, já temos garantida a certeza de que algumas das preocupações dos educadores e mídia-educadores fazem sentido para a sociedade e necessitam ser reforçadas.

Se tal degrau já aparece como conquistado, falta pensar nas estratégias destinadas a garantir o êxito dos próximos passos. E quais poderiam ser?

Identificá-los dependerá dos cenários propiciados pelos contextos que vierem a circundar o tema. No caso da manutenção das bases propostas pela SEB/

19. Idem, ibidem.

MEC, restaria, por exemplo, dirimir uma dúvida: como garantir a liberdade de criação e de expressão das comunidades educativas frente a uma possível submissão dos sistemas de ensino ao poderio das corporações que buscarão impor aos governos seus serviços editoriais, de caráter globalizante?

O caminho mais aconselhável seria, naturalmente, o da explicitação da autonomia dos docentes e estudantes em tudo que se refira ao respeito às diversidades e que privilegie a cultura local, promovendo o protagonismo dos sujeitos sociais no processo educativo, algo absolutamente visado nos projetos educacionais.

Mais importante, contudo, do que ler as sugestões do MEC sob a ótica da Educomunicação, é perguntar pela contribuição que essas sugestões, especialmente os oitenta itens relacionados à comunicação, poderiam estar oferecendo para a reestruturação de toda a Educação, na perspectiva do novo olhar.

No caso, entendemos ser absolutamente coerente com a filosofia do projeto que a comunicação, suas linguagens e tecnologias sejam consideradas — em si mesmas — um “Tema Integrador”, incorporando, nessa nova versão, as Tecnologias Digitais, que lá já haviam sido instaladas, bem como articulando as ações pedagógicas produzidas em função das quatro áreas do conhecimento. Sendo assim, a prática educacional, por meio de uma pedagogia de projetos, poderia converter-se em aliada de processos de avaliações formativas, preparando os caminhos para que toda a comunidade educacional possa rever e reconstruir, de forma permanente, as relações de comunicação no interior dos ecossistemas educativos de cada escola. A possibilidade certamente daria mais vida às escolas e envolveria mais profundamente os alunos em seus projetos educativos.

9. CONCLUSÃO

A leitura atenta do texto disponibilizado para consulta pública, pelo MEC, permitiu concluir que ganhou densidade, no Brasil, o pensamento que reconhece a indispensabilidade da aproximação entre a Educação e a Comunicação, suas linguagens e tecnologias. Foi possível verificar a superação de uma expectativa instrumentalista da mídia e sua afirmação como uma condição civilizatória. O tema não envolve apenas especialistas na área, mas demonstra ser foco de preocupação de todos os que se decidem por qualificar os processos educativos destinados a uma infância e a uma juventude já inteiramente imersa no ecossistema midiático.

Já quanto à escola, vale recordar a fala do ex-ministro Janine Ribeiro, registrada no início do artigo, quando definiu seu perfil ideal como sendo o de um “ambiente de vivência e produção cultural, de corresponsabilidade de todos com o desenvolvimento de todos, e em contínuo intercâmbio de questões, informações e propostas com sua comunidade, como protagonista social e cultural”²⁰. Sendo, por seu lado, a Educomunicação um paradigma destinado a dar vida e movimento à práxis do cotidiano, com certeza muito ganharia a

20. <http://basenacional.comum.mec.gov.br/#/site/inicio>

escola, como local de encontros, caso se decidisse em conhecer as experiências bem-sucedidas, geradas socialmente pelo novo conceito, tanto no espaço das organizações sociais quando no âmbito de reconhecidas redes públicas de ensino formal.

E mesmo num possível quadro adverso, no futuro, gerado por um presumível monopólio da produção editorial de suporte à educação, a prática mídia-educativa já demonstrou reunir condições de garantir, por meio de seus projetos multidisciplinares, o exercício indispensável da autonomia, da diversidade e do protagonismo dos sujeitos sociais, aqui incluindo conjuntamente professores, alunos e membros da comunidade escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BNC, Área de Linguagens. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/conhecaDisciplina?disciplina=AC_LIN&tipoEnsino=TE_EF>. Acesso em: 29 mar. 2016.

FANTIN, Mônica. **Mídia-Educação: conceitos, experiências e diálogos Brasil e Itália**. Florianópolis: Cidade Futuro, 2006.

SEB/MEC. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio>>. Acesso em: 29 mar. 2016.

SOARES, Ismar de Oliveira. Comunicação/Educação, a emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais. **Contato, Revista Brasileira de Comunicação, Arte e Educação**, Brasília, 1999, ano 1, n. 2.

_____. **Educomunicação, o conceito, a aplicação, o profissional**. São Paulo: Editora Paulinas, 2011.